



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Gabinete da Presidência

**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA  
PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)**

**Ata da Reunião GAEPE – 29.10.20**

**(18ª Reunião)**

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do corrente ano de 2020, reuniram-se, por videoconferência: o Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Paulo Curi Neto, **o Excelentíssimo senhor Conselheiro José Euler P.P de Mello, ambos** representando esta Egrégia Corte de Contas; a Excelentíssima Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas (MPC/RO) Ivonete Fontinelle; o Excelentíssimo senhor Desembargador Isaías Fonseca Moraes, representante do Tribunal de Justiça (TJ/RO); o Excelentíssimo senhor Defensor Público Sérgio Muniz Neves, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); o Excelentíssimo senhor Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico, **o Excelentíssimo senhor Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e Presidente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Cezár Miola**; o Excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO), Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu; **o senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE/RO), Horácio Batista Guedes**; o senhor Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo; **a senhora Coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RO), Ana Lúcia Dias Carneiro**; A senhora coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agevisa, Flávia Cerrano; o Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia – SINEPE/RO, Augusto Pellucio e; representando o Instituto Articule, a senhora Alessandra Gotti e o senhor Ismar Barbosa da Cruz, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições relacionados ao tema do ensino remoto.

**1) O que foi discutido**

A representante da Articule, senhora Alessandra Gotti, abriu a reunião e cumprimentando os partícipes do GAEPE fez os informes sobre a ausência inicial do presidente da Gaepe e do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia na reunião em andamento, em virtude de colisão com outra reunião do TCERO, MPE RO e MPC RO com o tema “Rondônia transparente, eleição consciente” em torno do município de Vilhena realizada no mesmo horário face o período das eleições que se aproximam.

A pauta de hoje se relaciona ao levantamento feito pelo TCERO em conjunto com o MPE RO no tocante ao planejamento de retorno às aulas nos 52 municípios, sobretudo decorrente da identificação dos municípios na diretriz mais clara de seus protocolos, no qual alguns municípios não tinham ainda elaborado seus planos de retorno e outros ainda estavam incipientes para isso solicitando apoio e interlocução da Seduc para esse planejamento.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### Gabinete da Presidência

Portanto, a Seduc e a Undime serão ouvidos a fim de apresentarem os encaminhamentos adotados no fortalecimento do regime de colaboração sobretudo em relação aos primeiros pontos daquele levantamento que são: a adequação da infraestrutura e a aquisição de materiais e equipamentos necessários ao retorno presencial e além disso pudessem reportar o apoio àqueles municípios que ainda não elaboraram seus planos de retorno às aulas presenciais, bem como àqueles que demandam melhorias e adequações.

Foram dados os parabéns à Dr<sup>a</sup> Irany Oliveira da Seduc, responsável pela audiência pública virtual ocorrida no dia 27 (última terça-feira).

À Dr<sup>a</sup> Flávia, representante da Agevisa, foi dada a palavra para que faça a apresentação da elaboração de nota técnica que norteia e dá toda orientação ao retorno das aulas presenciais.

Foi elaborada pela agência estadual de vigilância em saúde de Rondônia, a nota técnica de n. 5/2020/Agevisa-GTVEP tem como objetivo esclarecer sobre as medidas específicas e necessárias para a proteção dos alunos, professores e funcionários da educação, considerando a transmissibilidade da Covid-19 e sua relação com o ambiente escolar e as áreas de convívio. O assunto engloba os procedimentos frente à ocorrência de casos de Covid-19 em ambientes escolares da rede pública e privada de ensino.

A nota técnica contém os seguintes tópicos: 1- objetivo; 2- identificação precoce de casos suspeitos; 3 - orientação na presença de diagnóstico covid-19; 4 – definição e conduta em relação a caso suspeito ou confirmado de Covid-19; 5-definição de contato e; 6- medidas a serem tomadas na ocorrência de surto. Foi informado a criação de um informe SUS chamado de formulário de investigação Covid-19 na rede de ensino – Rondônia para auxiliar os municípios em detecção de casos que estão acontecendo nas escolas. Está sendo orientado que em casos de afastamentos (dez dias) de servidores, funcionários ou alunos por sintomas apresentados, estes comuniquem a escola para saber o que está acontecendo face a definição e conduta em casos suspeitos, assintomáticos e os que mantiveram contato.

Ainda, a Dr<sup>a</sup> Flávia continua na explanação da nota técnica em casos que haja a ocorrência de surtos, que são os casos de duas ou mais ocorrências confirmadas na mesma sala de aula com intervalo menor ou igual a quatorze dias.

A Dr<sup>a</sup> Alessandra traz em sua fala a experiência no Estado de São Paulo sobre a logística implantada de cada grupo de quatro escolas estarem ligadas a uma UBS para fins de controle e atuação no combate a Covid-19.

Dada a palavra ao senhor Wilson Sena de Macedo, presidente da Undime, o mesmo pergunta sobre a ocorrência ou não de ajustes nos planos de retorno já elaborados e ainda, em casos positivos de ajustes, para quem serão enviados a fim de positivar as alterações elaboradas.

A Dr<sup>a</sup> Flávia responde sobre a primeira pergunta apenas nos casos de ajustes para fins de documento norteador mais simples.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### Gabinete da Presidência

A professora Irany retrata sobre a ausência de apoio das UBS, em virtude da deficiência de atendimento por parte de profissionais, de documentação apresentada, da ausência de pais e responsáveis junto ao aluno quando de um atendimento de urgência em uma UBS.

Pela ordem de inscrição foi dada a palavra ao senhor Augusto Pellúcio, representante de rede de escola privada, o qual falou sobre a nota técnica apresentada pela Agevisa, parabenizando pelo detalhamento de informações e procedimentos dados no combate a Covid-19, quanto ao nível de clareza apresentada e que servirá de norteador nos procedimentos dados em casos de suspeita e confirmação de casos.

Alerta ainda, neste primeiro ponto, para que nas fases 2 e 3, seja divulgada a nota técnica nos municípios, mesmo que não esteja tendo aula regular, creche, aula prática ou aula de reforço, a fim de dar maior clareza nas decisões e no amparo de decisões.

Novamente, a Dr<sup>a</sup> Flávia alerta sobre a necessidade de relação de comunicação atrelada entre os órgãos para se conseguir um nível maior de atingimento de objetivos, para isso tem a Agevisa estado em contato com a Casa Civil do governo do estado de Rondônia para atuar nesse fim.

Destaca também a importância que caso haja alguma situação de deficiência em casa, em algum familiar, até mesmo no aluno nas situações em que ele não se sinta bem de saúde, evitar o envio do mesmo a todo custo a escola, é mudar a cultura nesse aspecto e manter maior controle a fim de evitar a proliferação da Covid-19.

O professor Wilson, destaca sobre o autocuidado que as famílias devem executar, para isso a escola verifique e atue junto aos pais sobre essa situação, a necessidade do cuidado é barrada pela cultura diferenciada nas famílias.

A Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas (MPC/RO) Ivonete Fontinelle tem sua fala voltada a rapidez no atendimento por parte dos órgãos públicos na detecção da doença, mas que na entrega dos medicamentos, não se verifica nenhuma orientação ao paciente das cautelas que a pessoa tem que ter para ficar afastado. A escola ao ensinar os alunos, quando ocorrer a volta às aulas de forma presencial, dos itens compostos da nota técnica, esses alunos passam a ser potencial multiplicador de ações voltadas ao cuidado e atitudes voltadas nos casos de infecção. A nota técnica é boa mas se torna necessária a orientação ao paciente, não apenas na TV mas na hora da entrega da medicação, sair das UBS com a informação nas mãos.

Na sequência aos pontos de pauta foi tratado assunto no que diz respeito a elaboração dos planos de retorno dos municípios e as alterações propostas.

A palavra dada ao secretário de estado da educação, senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu manifestando-se sobre o assunto, destaca a reunião feita outrora da Seduc com os secretários municipais, especialmente com os que em relatório técnico apresentavam dificuldades, mesmo assim há municípios que se mostram inalteráveis no comprometimento da elaboração do plano, podendo ser passíveis de fiscalização pelos órgãos de controle. Entretanto, ao seu ver, o regime de colaboração entre os envolvidos sobre o tema não é uma



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### Gabinete da Presidência

ação fácil, é recebida por determinada desconfiança por alguns membros, ou seja, quanto mais inconsistente for o projeto de educação do município, maior será o grau de atenção que possa dar a membros que o convidam para a participação neste processo.

A dificuldade da Seduc é em saber sobre o real andamento das ações por parte de cada município tanto os que estão presentes nas reuniões quanto àqueles que não participam.

A palavra foi passada a professora Irany para que apresente alguma complementação ao comentário do secretário da Seduc.

Manifesta-se assim em informar que alguns municípios, quando da reunião efetuada pela Seduc junto as secretarias municipais de educação, ficaram arredios e se sentiram invadidos e não se manifestaram, mesmo tendo sido abertas várias perguntas. Afirmou que a Seduc se manifestou à disposição de cada um dos envolvidos e o sentimento da Seduc foi que alguns estavam rejeitando toda e qualquer forma de cooperação e auxílio dado pela Seduc no que concerne aos apontamentos e discussões dos assuntos firmados na Gaepe, inclusive dos municípios que nem estiveram presentes na reunião, com ênfase aos municípios que constam em relatório técnico do TCERO. Finaliza dizendo que o convite feito pela Undime não foi atendido na totalidade, tendo a Seduc um sentimento de prejuízo na implantação das medidas ora discutidas.

Dada a palavra ao Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime/RO), Vilson Sena de Macedo, o mesmo veio falando sobre as discussões voltadas a elaboração do plano de retorno e que por meio da Undime, os secretários municipais são municiados de informações e que seu sentimento também é que alguns não compartilham do mesmo objetivo e que para caminhar juntos é necessário construir o processo de comunicação.

Informa que são oito municípios que não fizeram ainda o plano de retorno e que a Undime entrou em contato com sete deles e os mesmos se mostraram interessados em construção do plano de retorno e já está em andamento, buscando atender esse importante plano. Os EPIs estão sendo adquiridos por todos os municípios, o modelo do transporte escolar foi encaminhado, o modelo do plano de retorno, do transporte escolar, do MEC e o relatório de auditoria foram enviados aos municípios, sendo explicados a eles pela Undime os acontecimentos que estão se desenvolvendo. A exposição da maioria dos municípios é em atuar conforme o acordado e de acordo com o presidente da Undime, estão sendo produzidos pelos municípios os respectivos acordos firmados e orientados a serem feitos, inclusive com a melhoria de alguns planos de retorno a fim de serem adequados à uma uniformidade e realidade. Finaliza dizendo que se deve continuar o monitoramento para o atingimento dos objetivos, do retorno às aulas com segurança e que a nova fase da pandemia não passará rapidamente.

A professora Irany lembra que alguns municípios já baixaram decretos que nesse ano as aulas não voltariam.

O auditor de controle externo, Bruno Botelho Piana, se manifesta dizendo que apesar do envio de alguns planos de retorno, o interesse atual é o desenvolvimento e o



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### Gabinete da Presidência

monitoramento dos planos de retorno que já estão em andamento, sendo cobrados de forma incisiva em cada município de acordo com sua especificidade.

O Dr. Marcos Valério Tessila de Melo - Promotor de Justiça - Diretor do CAO-INF vem enfatizar que a Seduc por meio do secretário de estado e da professora Irany, venham encaminhar ao MPERO os nomes dos municípios que estão mais relutantes quanto ao planejamento de retomada a fim de que providências sejam adotadas pelo órgão de controle da comarca do respectivo município de forma mais incisiva, pedindo ao promotor da comarca do município que adote providências até administrativas e acompanhando de perto, se for o caso, face a receptividade de cada promotor nesse aspecto, atuando até com medidas coercitivas, caso continue a inércia e omissão por parte de alguns municípios.

O Dr. Alexandre Jésus informa que referente ao assunto proposto pelo Dr. Marcos, o mesmo já tem reuniões agendadas com diversos municípios referente as pendências que cada um têm.

O senhor Augusto Pellúcio, representante de rede de escola privada, informou que no decorrer das ações a serem desenvolvidas, o mesmo se manifesta com a intenção de recorrer ao corpo pedagógico das faculdades para auxílio na elaboração dos planos e projetos desses municípios que precisam de auxílio.

O senhor Wilson Sena de Macedo agradece o apoio dado pelo Augusto Pellúcio e diz que o auxílio será bem-vindo, especialmente na região sul, norte e central de Rondônia. O mesmo se mantém atento a situação de fim de mandato do governo atual em que a preocupação gira em torno do cumprimento dos índices de educação 25% e do Fundeb, a busca ativa, enfim as diversas atividades que existem.

O secretário Suamy pede a palavra e levanta a sugestão chamada de “modesta” a fim de ter a concordância dos demais, o mesmo sugere que da mesma forma que a Seduc apresentou seu plano de retorno em passos e apresentando para o Gaepe, assim seja feito aos demais municípios a fim de que conclua o principal enfoque: a elaboração do plano de retorno, demonstrando os avanços quanto aos seus planos e que ainda estão muito incipientes. Lembra ainda que os secretários municipais devem ter ao seu lado, profissionais que ajudem e auxiliem na execução concreta de suas atividades, alertando sobre a apresentação de cada município em data a ser previamente estipulada.

A Dr<sup>a</sup> Alessandra se manifesta quanto a fala da Seduc dizendo que sua reflexão é exatamente a disposição ao diálogo para que cada município esteja preparado para o retorno seguro dos alunos e todas as pautas do Gaepe, pressupõem a presença de diálogos e em sendo o lógico, a adequação da infraestrutura, os calendários, o transporte e todas as facetas dos eixos de protocolos de retomada.

A professora Irany complementa a fala do secretário Suamy dizendo que o planejamento já está pronto para a formação quanto ao acolhimento aos gestores escolares, iniciando-se com os gestores municipais a partir de 4 de novembro deste ano.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### Gabinete da Presidência

O professor Vilson, pergunta novamente ao Gaepe, a fim de orientar aos municípios, sobre os planos que estão sendo concluídos, a pergunta feita é para quem deverão ser enviados os planos com as devidas alterações, elaboração, notas técnicas da Agevisa, bem como suas reformulações e ainda àqueles municípios que estão terminando o plano orçamentário, deverão ser enviados ao TCERO, ao MPERO ou a qual órgão?

O auditor de controle externo Bruno Botelho Piana se manifesta dizendo que no momento não deva ser enviado o plano elaborado a ninguém, pois o próprio TCERO irá se dirigir a cada município a fim de entender quais as dificuldades que cada um enfrenta e assim naturalmente o TCERO terá acesso aos planos, salvo, ainda, aqueles municípios que ainda não elaboraram seus planos por conta de decisão do relator, que eles encaminhem ao TCERO para cumprimento da decisão.

O presidente do TCERO, Conselheiro Paulo Curi Neto fala sobre a dificuldade da equipe em ainda não ter vencido a etapa inicial de execução do planejamento, mesmo já tendo ocorrido sete meses de suspensão, e por outro lado parabenizando a Seduc e a Undime por meio dos seus representantes pela sensibilização na tentativa de uniformização das atividades de todos os municípios, sendo entristecedor a resposta por parte de alguns municípios, e que dos sete municípios com mais problemas apenas dois compareceram à reunião da Seduc, o que revela quase que uma indiferença desses cinco municípios na resolução do problema crônico identificado e ainda em não aceitar a mão estendida do Estado pra tentar auxiliar.

Em face da fala do secretário Suamy em trazer os municípios para prestarem esclarecimentos sobre seus planos, entende o presidente que apesar de importante a sugestão, não haveria a necessidade de assim fazê-lo pelo fato de não alongar demais as reuniões quinzenais do Gaepe com tão grande número de envolvidos, podendo para isso se apropriar das informações e achados do relatório técnico produzido pelo TCERO que já é muito claro e estabelecido e o referencial confeccionado pelos auditores do TCERO e especialistas do MPERO no tocante ao planejamento da volta às aulas.

Concorda ainda com a manifestação do Dr. Marcos sobre a abrangência e atuação do MPERO no tocante a aproximação e comunicação com os municípios próximos a cada um dos promotores, sendo que a capilaridade do MPERO tratasse de fazer essa abordagem com todos os municípios, sobretudo com os municípios mais faltosos, sabendo que essa dinâmica e essa interlocução ofereceria uma resposta muito concreta, inclusive continuando a se arrastar a recalcitrância por parte de alguns, fossem tomadas medidas coercitivas de aplicação de multas aos envolvidos. Alerta dizendo que a equipe do Gaepe tem informações suficientes e relevantes para tomada de decisões junto aos municípios e em havendo resistência, documentar com fins de ser apreciado no TCERO e mesmo assim até como medida adicional, convidar esses responsáveis para comparecerem ao Gaepe a fim de uma discussão mais amigável. Assim, acredita que numa visão otimista poderia até nem haver nenhum município resistente.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### Gabinete da Presidência

Em relação a Undime, o presidente parabeniza o município de Espigão do Oeste pelo modelo que está sendo para os demais municípios no tocante ao plano de retorno bem elaborado.

A Dr<sup>a</sup> Alessandra sugere que na próxima reunião discuta o tema de transporte escolar na pauta a ser seguida.

Dr<sup>a</sup> Flávia se põe a disposição e que a nota técnica seja disponibilizada a todos para leitura e discussão.

A Dr<sup>a</sup> Alessandra convida a representante da Agevisa para participação na próxima reunião onde serão tratadas com o MP da Saúde sobre as interlocuções das UBS e as escolas.

A Dr<sup>a</sup> Ivonete se manifesta perguntando ao secretário Suamy sobre o repasse dos recursos do transporte escolar para os municípios.

Tendo em vista a queda de conexão do secretário da Seduc, a Dr<sup>a</sup> Alessandra, sugere a professora Irany que se possível respondesse a pergunta da procuradora Ivonete, mas pela impossibilidade de resposta, sugere a inclusão desse tema na pauta a ser vista na próxima reunião.

A Dr<sup>a</sup> Alessandra concede a palavra ao Defensor Público Sérgio Muniz Neves, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO) para se manifestar em que o mesmo assim fazendo informa sobre procedimento cirúrgico que ele passou e que já está tudo bem. Informa ainda sobre a participação de uma defensora pública na audiência pública em que se manifestou de forma que ele esclarece que o posicionamento da mesma foi pessoal e não reflete o posicionamento da DPE, pois a posição institucional bem como a dele também é de acordo com o que está sendo debatido há meses no Gaepe no tocante ao retorno das aulas de maneira gradual e estudado.

O secretário Suamy volta a conectar-se e em resposta a procuradora do MPC ele se manifesta dizendo que os recursos do transporte escolar foram repassadas a primeira parcela do ano e são referentes a quarenta e um municípios, tendo em vista que os onze restantes são contratados diretamente pela Seduc, além de representação do MPERO atribuindo em juízo a Seduc a responsabilidade por todo o transporte escolar fluvial do Rio Madeira. Afirma que no momento os recursos estão paralisados e não sendo pagos face a ausência de contraprestação dos serviços, mesmo tendo as empresas de ônibus por meio de seu sindicato entrado com recursos querendo receber. Os recursos foram repassados aos municípios, mas alertados que não poderão pagar pela produção que não está acontecendo, reuniões sucessivas estão acontecendo com todos os envolvidos no interior do Estado e em Porto Velho, o secretário afirma que está como interventor do transporte escolar rodoviário face os recursos serem vultosos e demais procedimentos que foram determinados via juízo.

A Dr<sup>a</sup> Alessandra sugere a continuidade da discussão na pauta seguinte a ser deliberada em próxima reunião.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### Gabinete da Presidência

A Dr<sup>a</sup> Ivonete novamente se manifesta afirmando que sua pergunta foi devidamente respondida sobre o repasse dos recursos do transporte escolar para os municípios face sua análise em representação feita no TCERO sobre os respectivos repasses.

Continua sua fala e comenta a situação dos estados do RS e RN que atua com aulas remotas e presenciais de forma híbrida e acena para a atuação de escolas em Porto Velho que já agem assim com professor e monitor, sugerindo assim ponto de discussão para a Seduc repensar no que poderia fazer na rede pública.

O Senhor Augusto Pellúcio tem a palavra e fala que essa situação se tornaria mais fácil em escolas de grande porte e em escolas municipais a maior facilidade seria em faixas etárias iniciais, pois o agendamento seria direto pelo professor, efetuando uma parte presencial e outra remota. A dificuldade na implantação na rede pública seria mais política e não técnica, pois se existir uma escala de classificação de riscos, o procedimento poderia ser implementado, hoje o que se percebe é a ausência de implantar tal procedimento visando apenas os recursos financeiros, pois a volta às aulas o planejamento atual teria que ser investido mais recursos financeiros o que se torna mais burocrático no ensino público a referida implantação. Apresenta um dado afirmando que nas séries iniciais o percentual de famílias que querem o retorno às aulas são maiores do que nas séries finais, ou seja, por segmento na educação infantil o percentual é de até 70%; nas séries iniciais 44%; no ensino médio 30 a 33% e no ensino superior 21% desejam o retorno para concluir o ano. Afirma que quanto maior a autonomia da aprendizagem do aluno, maior a preservação em aderir ao retorno. O engajamento dos alunos nas séries maiores tem se mostrado cada vez menor relativamente às aulas e se mostra preocupado com esta ausência física relativa ao contato dos profissionais com o aluno.

O professor Vilson reflete sobre o índice geral da folha de pagamento que paira nos municípios sobre a contratação adicional ou não de profissionais, o que poderia onerar mais ainda os recursos públicos.

A Dr<sup>a</sup> Alessandra resume sobre os três pontos de pauta já discutidos nesta reunião, repassando a palavra ao presidente do TCERO, Dr. Paulo Curi Neto que finaliza a reunião com posicionamento que poderia ser dado aos sindicatos a fim de envolvê-los em encontrar uma melhor equação, facilitando a vida dos gestores quando for possível o retorno, com consenso mínimo que vai sendo construído naturalmente. Por fim, afirma que é necessário o retorno ainda em 2020, não esperando apenas quando houver vacina, pois não se sabe ao certo quando a mesma virá e nem se virá com total eficiência.

Tal assertiva foi seguida pela Dr<sup>a</sup> Alessandra e pelo professor Vilson sendo destacado o prejuízo que tal decisão poderia causar para as crianças e adolescentes.

### **2) O que ficou deliberado**

Como encaminhamento, restou acordado que as instituições, nos seus respectivos âmbitos de atuação, apresentarem maiores detalhamentos sobre as ações relativas aos seguintes pontos, a saber:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Gabinete da Presidência

1. Relato do Ministério Público acerca da atuação das promotorias de justiça com respeito às ações derivadas da fiscalização conjunta com o TCE sobre os planos de retorno às atividades presenciais de ensino;
2. Discussão sobre os protocolos voltados ao transporte escolar;
3. Apresentação da Nota Técnica da Agevisa, especificamente relacionada ao planejamento de retorno às aulas, que envolverá as secretarias de saúde dos municípios, bem como as promotorias de justiça da saúde.

Ficou marcada nova reunião para o dia 13.11.20, às 14h (quatorze horas).

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo, Matrícula n. 504. O referido é verdade e dou fé.